

GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A COMUNIDADE HAITIANA

Berthony Etienne¹
Priscila da Silva Duarte²

Resumo

A gestão social vem, nesses últimos anos, aparecendo como um tema de suma importância. Muitos estudiosos e cidadãos têm questionado se realmente as políticas públicas implementadas garantem a igualdade de oportunidades à população. Ao mapear o contexto das desigualdades sociais e seus determinantes, verificou-se que é importante analisar se os direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira de 1988 também se aplicam aos imigrantes que chegam ao Brasil, pois eles também farão parte e contribuirão para o desenvolvimento dessa mesma nação. Com base nisso, esse artigo buscará analisar como tem sido o desenvolvimento da gestão social de políticas públicas para imigrantes haitianos. E, os objetivos específicos serão: identificar quais ações de proteção social estão sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro para amparar/adaptar esses imigrantes e mapear os aspectos positivos e negativos de alguns programas/projetos e ações sociais voltados à educação, à moradia, à saúde e ao trabalho. Para tanto, a metodologia consistiu no desenvolvimento de um artigo de revisão. Como considerações finais, entendeu-se que não está sendo realizada uma efetiva gestão social de políticas públicas voltadas aos imigrantes.

Palavras-chave: gestão social; políticas públicas; imigrantes; haitianos

REZIME: Jesyon sosyal te, nan dènye ane yo, parèt kòm yon sijè ki gen anpil enpòtans. Anpil entelekyèl ak sitwayen ap poze kesyon, si politik piblik kap aplike yo, garanti vrèman opòtinite egalite pou popilasyon an. Lè yo te tap gade kontèks inegalite sosyal yo ak sa ki te pwovoke yo a, yo te konprann ke li enpòtan pou analize si dwa sosyal yo garanti nan Konstitisyon 1988 brezilyen an aplike tou pou imigran ki rive nan peyi Brezil, paske yo pral fè pati epi kontribye nan devlopman nasyon an. Se nan

¹ Aluno do curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas do IFPR – Campus Curitiba. E-mail: berthonyetienn38@yahoo.fr

² Doutora em Administração- Estudos Organizacionais EAES/FGV. Professora do Instituto Federal de Educação. E-mail: priscila.duarte@ifpr.edu.br

kontèks sa a, atik sa a pral chèche analize kijan devlopman jesyon sosyal politik piblik pou imigran ayisyen yo ye. Epi, objektif espesifik yo pral: idantifye ki aksyon pwoteksyon sosyal ke gouvènman brezilyen an ap devlope pou sipòte/adapte imigran sa yo epi lokalize kèk aspè pozitif ak negatif ak kèk pwogram/pwojè ak aksyon sosyal ki vize edikasyon, lojman, sante, ak travay. Pou sa ka fèt, nap devlope yon metodoloji revizyon atik. Kòm konsiderasyon final, yo te konprann ke jesyon sosyal efikas nan politik piblik ki vize a imigran yo pa te fèt.

MO KLE: jesyon sosyal; politik piblik; imigran; Ayisyen;

INTRODUÇÃO

A gestão social vem, nesses últimos anos, aparecendo como um tema de suma importância devido ao aumento das desigualdades sociais e da necessidade de se repensar as políticas públicas (SILVA JR et al, 2008). Muitos estudiosos e cidadãos têm questionado se realmente as políticas públicas implementadas garantem a igualdade de oportunidades à população (SILVA JR et al 2008; THEODORO et al, 2008; GEORGES, 2017).

Ao mapear o contexto das desigualdades sociais e seus determinantes, Theodoro et al (2008) verificaram que é expressiva, por exemplo, a diferença na mobilidade social de brancos e negros. Apesar da abolição da escravidão ter ocorrido há mais de 100 anos e da lei de cotas, as trajetórias pessoais e profissionais de brancos e negros continuam sendo diferentes e, muitas vezes, marcadas pela discriminação.

De acordo com Georges (2017), as desigualdades sociais entre negros e brancos também se refletem nas faixas de renda. Para ele, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salários mínimos. Essas informações confirmam que dentre as desigualdades sociais que existem no Brasil ainda persiste além da econômica a racial.

Em seu estudo sobre a política migratória no Brasil, Joseph (2017), também mostra como é necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais igualitárias para os imigrantes. Ao analisar as imigrações haitiana no Brasil numa perspectiva histórica, o autor mostra que as políticas públicas implementadas pelo governo

brasileiro têm seu mérito, mas são questionáveis quanto ao efetivo acolhimento desses cidadãos.

Sob a justificativa de que é importante estudar a gestão social de políticas públicas para que sejam efetivamente garantidos os direitos sociais também aos imigrantes que chegam ao Brasil, pois todos farão parte e contribuirão para o desenvolvimento dessa mesma nação, este artigo busca responder ao seguinte questionamento: os programas, projetos e ações sociais desenvolvidos pelo governo brasileiro nas áreas de educação, moradia, saúde e trabalho estão sendo efetivos para acolhimento e integração dos imigrantes haitianos?

O objetivo geral deste artigo será: analisar como tem sido o desenvolvimento da gestão social de políticas públicas para imigrantes haitianos. E, os objetivos específicos são: identificar quais ações de proteção social estão sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro para amparar/adaptar esses imigrantes e mapear os aspectos positivos e negativos de alguns programas/projetos e ações sociais voltados à educação, à moradia, à saúde e ao trabalho, sob a perspectiva desses imigrantes.

A metodologia a ser executada consistiu num artigo de revisão. Sendo esse dividido em: referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais e referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão social de políticas públicas

Para Tenório (2006), a gestão social é um campo em desenvolvimento constante e fundamental que se relaciona com a cidadania deliberativa. Esse autor diz que a gestão social se apresenta também quando há uma política consultiva, originada em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

A gestão social é um campo de ciências sociais que se concretiza quando o cidadão toma consciência do seu papel como sujeito e não como coadjuvante, vindo

a participar ativamente do destino de sua comunidade a partir de relações sociais onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2006)

Semelhante à conceituação de Tenório (2006), França Filho (2008) define a gestão social como uma abordagem que busca a construção coletiva de políticas públicas e o fortalecimento da participação ativa da sociedade civil.

Para França Filho (2008) a gestão social é um tipo de gestão que desempenha um papel fundamental na construção e manutenção de uma sociedade justa e inclusiva que envolve durante os processos de tomada de decisão e implementação de políticas e programas sociais os diversos atores que constituem a sociedade: cidadãos, organizações não governamentais, empresas e governo.

De acordo com Tenório (2006) e França Filho (2008), a gestão social tem a função de fortalecer a democracia, à diversidade e à inclusão dos atores sociais ao facilitar a participação e o envolvimento destes na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas, cujas finalidades são promover: a integração social, a redução das desigualdades e incentivar a participação ativa de indivíduos, grupos comunitários e organizações da sociedade civil.

A prática da gestão social pelos gestores públicos é importante porque possibilita a superação das desigualdades sociais e potencialização do protagonismo das comunidades na busca de soluções para os desafios sociais contemporâneos. Gestores movidos por essa abordagem acreditam que desse modo, suas ações e projetos sociais podem ser capazes de promover a equidade, a solidariedade e a sustentabilidade das comunidades, ao mesmo tempo, em que atendem às necessidades, às exigências e às realidades específicas de cada indivíduo (FRANÇA FILHO, 2008).

Portanto, a gestão social é tanto um campo de estudos em construção na área de ciências sociais quanto uma abordagem de gestão que tem a função de promover a cidadania, à autogestão e o desenvolvimento humano e social sustentável. E, pode vir a atender às necessidades, às exigências e às realidades de indivíduos diferentes, por exemplo, cidadãos e imigrantes.

A imigração haitiana

A imigração haitiana é um processo social que vem se intensificando, sobretudo, nos últimos treze anos. Ela vem ocorrendo em diferentes períodos, cada um com características e motivações específicas. Por imigração, entende-se que é um processo de formação sócio territorial caracterizado pela chegada de estrangeiros em outro território considerado como nacional (JOSEPH, 2015; 2017).

Como fatores que desencadeiam a imigração haitiana têm-se: o declínio do investimento estrangeiro, a religião, a reunião familiar, as oportunidades de estudo e trabalho, mas, principalmente, as crises de ordem política, social, econômica, cultural e ambiental enfrentada pelo país caribenho Haiti, desde o início do seu processo de formação histórica (JOSEPH, 2015). Crises que se agravaram nos últimos anos devido ao posicionamento geográfico do país, conduzindo muitos dos seus cidadãos a buscarem melhor condição de vida e de trabalho em outros países (CONTIGUIBA, 2014).

Segundo Contiguiba (2014), o terremoto de 2010 (um fenômeno natural que se caracteriza como o tremor brusco da crosta terrestre capaz de gerar rupturas na camada externa, promovendo, por exemplo, o desmoronamento de casas e rachaduras em asfaltos) que dizimou a vida de 280.000 mil pessoas, mais de 300.000 feridos e 1,3 milhão que ficaram desabrigadas, despertou uma crise sanitária que também agravou a situação dos cidadãos haitianos, fazendo com que muitos buscassem refúgio e oportunidades em países vizinhos, como foi o caso do Brasil.

Apesar de o Brasil ter sempre recebido imigrantes haitianos, nunca o país foi citado como destino preferido para residência, ao contrário dos Estados Unidos, Canadá e França (países para os quais desejavam imigrar). O Brasil só obteve à preferência entre os cidadãos haitianos devido à possibilidade de obtenção por eles do visto humanitário, um documento que concedido ao imigrante de qualquer país que esteja passando por situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito, o autoriza a trabalhar legalmente no país em que ele vier a residir (DE OLIVEIRA, 2018).

No início, a imigração haitiana não foi regulamentada, e muitos imigrantes chegaram ao Brasil de forma irregular pela fronteira com o Peru, vindo a se instalar no norte do país. Esses haitianos empreenderam uma jornada perigosa, passaram por muitas dificuldades, incluindo exploração, violência e risco de cair nas mãos de redes de tráfico. Situação que, como destaca Joseph (2015; 2017), colocou desafios para as autoridades brasileiras em termos de gestão de fronteiras e integração de migrantes.

Em 2012, é importante destacar que a realidade para os haitianos começou a mudar, com a implementação de uma nova resolução, capaz de regularizar a vinda dos imigrantes no Brasil, combater a imigração irregular e o tráfico humano. Ao contrário dos grupos anteriores, esses novos imigrantes, desde esse período em diante, começaram a chegar ao Brasil de forma regular e, passaram a ter a oportunidade de obter um documento chamado RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) pelo prazo renovável de cinco anos e a carteira de trabalho. Documentos que vieram a lhes permitir a oportunidade de trabalhar legalmente e gozar dos seus direitos sociais (JOSEPH, 2015; 2017)

Nesse período, para esse autor também é possível visualizar a ampliação das ações de gestão de fronteiras e integração de migrantes. É lançado pelo governo brasileiro o Programa de Reassentamento Humanitário em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Um programa que ofereceu a oportunidade de reassentamento no Brasil para haitianos que estavam em situação de vulnerabilidade em outros países, tais como: Chile e República Dominicana. Assim, estimulando a vinda por via aérea de muitos imigrantes haitianos legalizados.

A migração haitiana para o Brasil não parou após essa resolução (CNIgn°97de12/01/2012) e o fluxo migratório continuou, embora em menor escala. Novos grupos de haitianos continuaram vindo para o Brasil em função do programa de Reunião Familiar (é uma política migratória estabelecida pelo governo brasileiro que permite a reunificação de famílias em território nacional para imigrantes legalizados), das oportunidades de trabalho, estudo e lazer, mas também, por não adaptação aos países vizinhos, como o Chile (DE OLIVEIRA, 2018).

Para esse autor, entre 2012 e 2014, graças, principalmente, à intervenção direta do Estado e as redes haitianas, que são comunidades de imigrantes compostas

geralmente por familiares, onde não se fala o idioma local, mas se obtém apoio acolhimento e segurança, através do compartilhamento material, emocional e financeiro dentro das possibilidades apresentadas pelos seus membros, os imigrantes começaram a descobrir outras oportunidades de vida e de trabalho oferecidas pela migração nas demais regiões do Brasil.

Segundo De Oliveira (2018), apesar das motivações para a imigração dos haitianos serem diversas, pois as circunstâncias pessoais, econômicas e sociais que variam de pessoa para pessoa, nesse período, a migração para outras regiões foi intensificada com a realização da Copa do Mundo que lhes concederam novas oportunidades de trabalho. Apesar dos baixos salários e condições precárias de trabalho, as atividades da construção civil, dos serviços domésticos, da agricultura e outros, passaram a possibilitar aos imigrantes haitianos a obtenção de melhores meios de sobrevivência.

Além disso, de acordo com a Folha de São Paulo³, nesse período, somado a todos esses fatores devido à intensificação do fluxo de imigrantes haitianos e africanos para o Brasil e as denúncias de algumas ONG's que trabalham com direitos humanos, o governo brasileiro resolveu espalhar os imigrantes haitianos pelo território nacional de forma mais equilibrada, transferindo os imigrantes para outras cidades e estados do Brasil, como o que ocorreu na região sul, onde se concentravam os grandes pólos indústrias e fábricas, como: São Paulo, Santa Catarina, Paraná ou Rio de Janeiro. Segundo o relatório anual de 2022 do OBMigra⁴, até o final de 2015, havia cerca de 85 mil haitianos que residiam no Brasil.

De acordo com Oliveira (OLIVEIRA 2019), os migrantes haitianos começaram a pisar o solo paranaense a partir de 2011 e que, nos primeiros momentos, havia apenas 6, um número que vai se explodir logo depois. Entre 2011 a 2016, o Paraná já registrou seu número máximo de imigrantes haitianos que, eram aproximadamente 4.847, que naquela época, representou 1/3 de trabalhadores imigrantes latinos no PARANÁ.

Olhando nos dados do OBMIGRA, entre 2010 e 2021, os imigrantes haitianos representaram o segundo maior número de solicitantes de refúgio no Brasil. De 2011

³<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/04/1436615-cheia-deixa-haitianos-represados-no-acre.shtml>, consultado no dia 17 de 08 de 2023

⁴ Observatório das Migrações Internacionais

a 2015, os haitianos tinham aparecido como o principal grupo de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil, só a partir de 2016, os venezuelanos começaram a assumir essa posição. E, entre 2010 a 2020, a mão de obra haitiana no Brasil a foi estimada a 143.000 trabalhadores latinos, com sua forte presença nas regiões Sul e Sudeste.

Dados do **O Expresso**⁵ (2021) destacam que em Curitiba, por exemplo, há uma grande comunidade de imigrantes haitianos entre outros localizados nos bairros do CIC, Boqueirão e em outras localidades próximas da região metropolitana de Curitiba. Assistidos pelas associações haitianas que trabalham com as questões sociais de refúgio e migração tais como a ASHBRA e a União da Comunidade de Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH), haitianos que ocupam espaços de forma irregular e sem assistência pelas autoridades são acolhidos. Tudo isso, levando a crer que é necessário e urgente a implementação de políticas públicas baseadas na gestão social para melhoria das condições dessa comunidade.

METODOLOGIA

O artigo cujo tema é gestão social de políticas públicas de imigração será desenvolvido por meio de uma abordagem de pesquisa qualitativa, escolhida porque ela “busca compreender e interpretar fenômenos sociais complexos, explorando a perspectiva e as experiências dos participantes através da descrição de aspectos subjetivos, contextuais e socialmente construídos de um fenômeno” (BAUER e GASKELL, 2002, p.23).

Tendo como base um artigo de revisão que conforme Soares, Picolli e Casagrande (2018) é uma proposta de pesquisa elaborada a partir de trabalhos publicados por especialistas na área, foram selecionados três artigos cujo título continha a palavra imigrante e no seu texto a de haitiano, datados nos anos de 2016 e 2020.

⁵<https://oexpresso.curitiba.br/2021/11/30/os-novos-nucleos-imigrantes-de-curitiba/>, consultado no dia 18 de 08 de 2023.

Visando identificar quais ações de proteção social estão sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro para amparar/adaptar os imigrantes haitianos no Brasil e mapear os aspectos positivos e negativos de alguns programas/projetos e ações sociais voltados à educação, à moradia, à saúde e ao trabalho, sob a perspectiva desses imigrantes consistindo numa revisão sistemática que é o “resumo do que foi publicado, de mais representativo, sobre imigrantes haitianos num determinado período” (SOARES, PICOLLI e CASAGRANDE, 2018).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A assistência social entre outros órgãos da esfera pública como os da sociedade civil, desempenha um papel crucial para os emigrantes no Brasil, oferecendo apoio fundamental para uma nova realidade. O Ministério do Desenvolvimento Social⁶ e Agrário através da Secretaria Nacional de Assistência Social, desde o início do fluxo migratório haitianos no Brasil tentou estabelecer diretrizes para que esse grupo seja acolhido e integrado na sociedade brasileira. Ao ver informações sobre direitos e serviços, os operadores do Sistema Único de Assistência Social vêm ocupando os mais diversos campos de sua atuação para garantir os direitos dos migrantes, ajudando-os a superar desafios burocráticos e culturais.

De acordo com Sá e Silva (2016), em seu artigo intitulado “Desafios à inclusão dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira”, foi verificado que a única ação social de destaque estava concentrada na concessão de vistos de entrada no Brasil. Porém o estudo mostra que esse documento permite não apenas a moradia, mas o acesso às oportunidades de trabalho e estudo. Entre os anos de 2011 e 2012, houve um aumento expressivo da participação de imigrantes haitianos no mercado de trabalho, contudo, no ano posterior começou a ocorrer um declínio que se comparado aos indicadores de outros imigrantes de origem latina (peruanos e bolivianos), não foi um número tão expressivo.

⁶ Sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes

Para os autores, a proteção social de fato é exercida não pelo governo, mas pela família, pela igreja e pela escola, além de outras entidades da sociedade civil que assumem o acompanhamento do imigrante haitiano no cotidiano. E, esse seria um aspecto positivo da proteção social à medida que na ausência do Estado o imigrante ainda obtém algum tipo de amparo.

Os aspectos negativos destacados foram: não são encontradas políticas de inserção e aculturação do imigrante haitiano que vê suas oportunidades de proteção social limitada. O idioma se torna um entrave para a sua ascensão socioeconômica.

As ações de proteção social, normalmente, são falhas porque não há uma conscientização sobre a importância do visto para os imigrantes haitianos, nem um acompanhamento desses quanto a sua adaptação e inserção nas políticas públicas. Há falta de ações educacionais práticas que favorecem o risco de exploração de mão-de-obra e fortalecem os fluxos de trabalhadores clandestinos. Esses trabalhadores que são imigrantes haitianos são absorvidos como mão-de-obra fácil e barata vindo a exercer cargos primários.

Muitas vezes, quando executam trabalhos sem registro deixam de obter proteção trabalhista. Há uma exclusão velada reforçada pela discriminação racial, dificuldade de comunicação e marginalização econômica que os fazem residir em áreas de periferia e ocupar cargos mais simples do que exerciam no Haiti. O acesso e a ascensão ao mercado de trabalho também são impactados pela dificuldade de validação do diploma.

Alguns se tornam frágeis psicologicamente devido à condição de vulnerabilidade e a falta de domínio do idioma português e buscam auxílio em grupos de pessoas com as mesmas condições sociais e culturais.

O imigrante haitiano é aceito quando se deixa ser explorado por uma parcela da sociedade. Muitas vezes, executa mais tarefas do que deveria fazer, mas não obtém contrapartida que lhe assegure seus direitos sociais. Em busca de obter maior aceitação pelos locais, alguns inclusive esquecem o próprio idioma e/ou sofrem restrições que reforçam sua condição de estrangeiro e reduzem sua competitividade no mercado de trabalho.

Enquanto uma parcela dos imigrantes haitianos sofre constantes ataques preconceituosos e se sentem excluídos, outros vivenciam isso, mas mesmo assim

continuam deslumbrados em relação ao Brasil. Acreditam que esse país apresenta melhores condições que o Haiti ao ponto de não visualizarem os seus defeitos.

Para Baeninger et al (2020), na coletânea intitulada “Migrações internacionais e a pandemia da COVID 19”, foi verificado também que a única ação social de destaque estava concentrada na concessão de vistos de entrada no Brasil. Esse documento permite não apenas a moradia, mas o acesso às oportunidades de trabalho e estudo.

Os aspectos negativos destacados foram: não são encontradas políticas de inserção e aculturação do imigrante haitiano que vê suas oportunidades de proteção social limitada. Muitas vezes, quando executam trabalhos sem registro deixam de obter proteção trabalhista. O acesso e a ascensão ao mercado de trabalho também são impactados pela dificuldade de validação do diploma. Alguns se tornam frágeis psicologicamente devido a condição de vulnerabilidade e a falta de domínio do idioma português e buscam auxílio em grupos de pessoas com as mesmas condições sociais e culturais. Ou seja, aspectos que só confirmam o que foi encontrado no estudo anterior.

Para Oliveira (2020), em seu estudo intitulado “O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente” verifica-se que são ações de proteção social: a Lei nº 13455/2017 que trata o imigrante como um cidadão do mundo, com direitos universais garantidos, providos de forma gratuita e legítima pelo Estado em conformidade com a política internacional de Direitos Humanos, especialmente, em seu artigo 3º, orienta que os imigrantes e seus familiares não devem ser vítimas de xenofobia, racismo ou qualquer outra forma de discriminação, mas obter tratamentos igualitários aos brasileiros; criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em 2007 e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) com o objetivo de fortalecer parcerias com outros países, principalmente, africanos.

Como aspectos positivos a rede pública de ensino é a que mais acolhe os imigrantes; a legislação determina que estudantes imigrantes tenham direito ao acesso à educação da mesma forma que as crianças e adolescentes brasileiros (Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional e Lei de Migração); a Lei de Refugiados garante que a falta de documentos não impede o acesso à escolarização.

Como aspectos negativos a Secretaria do Ministério da Educação nos últimos 15 anos desenvolveu diversos programas focados na diversidade para promover o acolhimento de diferentes grupos étnicos (afrodescendentes e indígenas), a jovens e adultos, à população carcerária e aos que residem no meio rural, ao tratamento das questões sexuais e de gênero (mulheres e LGBTI), pessoas com deficiência, entretanto, não há programas específicos para atendimento de imigrantes nas escolas, sobretudo, as crianças imigrantes; assim como não há à educação dos imigrantes não há muitas pesquisas sobre o tema; a pouca relevância numérica da presença de estudantes imigrantes se deve a concentração desses nas regiões de fronteira ou de maior prosperidade econômica; a equipe pedagógica e de ensino além das crianças sofrem dificuldades diante da barreira linguística e ausência de políticas públicas ligadas à inserção social de crianças imigrantes no ambiente escolar formal; as crianças enfrentam dificuldades na relação com os colegas brasileiros e negam a cultura dos seus ancestrais e isso gera um choque de cultura e de gerações dentro das famílias de imigrantes; muitos estudantes sofrem preconceito e bullying e sentem dificuldade para fazer amigos e se integrar à cultura brasileira; os pais que estão em situação irregular têm medo de serem descobertos e vergonha de se expor a outras famílias; a posição política dos cidadãos em relação aos imigrantes muda conforme quem é eleito para governar o país.

Logo, verifica-se que não está sendo realizada uma efetiva gestão social de políticas públicas voltadas aos imigrantes haitianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses últimos anos, a gestão social das políticas públicas para os imigrantes haitianos no Brasil tem sido caracterizada por uma evolução significativa em relação ao passado. Inicialmente, o fluxo migratório dos haitianos para o Brasil foi desordenado e difícil (JOSEPH, 2015), com muitos enfrentando dificuldades de

integração e acesso aos serviços básicos. No entanto, ao longo do tempo, o governo brasileiro e as organizações da sociedade civil trabalharam em conjunto para implementar medidas para facilitar a inclusão dos haitianos na sociedade brasileira. Na criação de programas de acolhimento, acesso à educação e saúde, bem como a promoção da regularização da migração.

O governo brasileiro adotou diversas medidas de proteção social para facilitar a adaptação dos imigrantes haitianos à sociedade brasileira. Isso inclui a criação de programas, que oferecem orientação, informação e auxílio aos imigrantes para obtenção de documentos e inserção no mercado de trabalho. Além disso, foram implementadas políticas de educação dentro de outros para garantir o acesso dos imigrantes aos serviços essenciais, promovendo assim a sua inclusão na sociedade brasileira. Esses projetos sociais têm grandes impactos positivos na comunidade, porque visam promover a integração dos imigrantes na sociedade, proporcionando-lhes acesso a serviços de saúde e educação e facilitando a migração regular.

No entanto, estes programas nem sempre cumprem os seus objetivos por falta de meios suficientes ou de recursos essenciais, sejam humanos ou materiais. Por outro lado, há burocracia no processo de regularização e necessidade de prestação de serviços em tempo real. Além disso, questões como a xenofobia e a falta de políticas de recrutamentos específicas impedem os migrantes de usufruir de certos direitos fundamentais, que seja nas escolas, hospitais e demais instituições públicas.

A pesquisa, além de sua missão que é de analisar como tem sido o desenvolvimento da gestão social de políticas públicas para os imigrantes haitianos, pode contribuir significativamente para o avanço de novas pesquisas e ações na área de gestão social de políticas públicas para imigrantes. Ao analisar o impacto e a eficácia das políticas existentes, é possível identificar lacunas e problemas específicos que são abordados com precisão, fornecendo informações válidas para preparar futuras políticas e programas de acolhimento.

Como limitações destacaram-se a dificuldade de ter acesso aos dados oficiais dessa população de forma precisa e atualizada, tornando essa análise resumida. Além disso, questões de vida ou subjetividade podem surgir, uma vez que diferentes atores, como imigrantes, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, podem ter perspectivas divergentes sobre o assunto. A falta de tempo necessário, recursos

financeiros e logísticos para a realização do estudo num prazo razoável tiveram impactos significativos nas buscas de informações necessárias para um melhor tratamento do assunto.

Sendo assim, para aqueles que desejam desenvolver pesquisas de gestão social de políticas públicas para imigrantes recomenda-se como fundamental o estabelecimento de parcerias e colaborações com organizações da sociedade civil, mais precisamente as igrejas que reúnem os imigrantes, as organizações haitianas e brasileiras que trabalham com essa categoria, instituições governamentais e, principalmente, com a comunidade haitiana. Eles podem, na medida do possível, fornecer informações, e experiências valiosas para garantir uma boa pesquisa que reflète a realidade dos imigrantes estudados.

Além disso, é importante adotar uma abordagem interdisciplinar, envolvendo áreas diversas, como sociologia, antropologia, outros aspectos da migração, para uma compreensão mais abrangente da questão. Portanto, é importante ter um financiamento adequado para garantir a qualidade e continuidade da pesquisa, pois, a complexidade do tema e a importância de uma investigação aprofundada se revelam imperativos para o desenvolvimento de trabalho de pesquisa digno.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana et al. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19. **Campinas: NEPO/Unicamp**, 2020.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COTINGUIBA, Geraldo Castro: **Imigração Haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2014.

DE OLIVEIRA, Márcio. Immigrants Haitiens au Brésil: du multiculturalisme à l'oeuvre?. **Revista de Ciências Humanas y Sociales. Al Irfan**, v. 2, p. 73-89, 2016.

GEORGES, Rafael. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Oxfam Brasil, 2017.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e) migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. Périplos: **Revista De Estudos Sobre Migrações**, 1(1), 7–2, 2017.

JOSEPH, Handerson. Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA: Os desafios da integração do imigrante na grande Curitiba: a realidade da imigração haitiana. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, CURITIBA 2019.

© **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**: Sistematização do debate sobre o papel da assistência social no atendimento aos migrantes

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. **Praxis Educativa**, v. 15, 2020.

SILVA JR, Jeová Torres; MASIH, Rogerio Teixeira; CANÇADO, Ailton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção. 1ª ed. Juazeiro do Norte. Universidade Federal do Ceará- campus Cariri, 2008.

SILVA, Henrique Augusto Saraiva da. A política migratória brasileira: as migrações no governo Bolsonaro. 2021.

TENÓRIO, Fernando G. A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS). *Revista de Administração Pública*, v. 40, p. 1145-1162, 2006.

THEODORO, Mario; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.